

## **Museu Militar de Bragança / Fundação**

*Emília Nogueiro*

### **Resumo**

O objecto de estudo decidido para este trabalho centra-se na reflexão sobre o Museu Militar de Bragança hoje, e as suas potencialidades enquanto gerador de desenvolvimento social. Para fazer esta reflexão consideramos pertinente a pesquisa histórica do museu, desde a sua fundação, atendendo à função e os objectivos propostos inicialmente pela instituição, bem como aos procedimentos museológicos actualmente observados. O presente trabalho aspira: a descrever o edifício onde está instalado o Museu Militar de Bragança, que constitui parte integrante da sua valência enquanto gerador de desenvolvimento local; a pesquisar o processo de fundação do museu, os seus objectivos e funções enquanto parte integrante de um maior complexo militar como era o quartel.

The purpose of the present study is focus on a reflection about the Military Museum of Braganza, today, and its potential as a generator of social development. To carry out this discussion we consider relevant the historical research of the museum from the time it was founded, its mission, and the objectives initially proposed by the institution. The present work has the following aims: to describe the building in which the museum is installed, which constitutes an integral part of its value as a generator of local development; to carry out research into the process of the foundation of the museum, its objectives and its functions as a vital part of a major military complex such as the army base was at that time.

### **Palavras-chave - Keywords:**

Museu Militar de Bragança

Military Museum of Braganza

## Museu Militar de Bragança / Fundação<sup>53</sup>

*Emília Nogueiro*<sup>54</sup>

O objecto de estudo definido para este trabalho centra-se na reflexão sobre o Museu Militar hoje, e as suas potencialidades enquanto gerador de desenvolvimento social. Para fazer esta reflexão consideramos pertinente a pesquisa histórica do museu, desde a sua fundação, atendendo à função e os objectivos propostos inicialmente pela instituição. O interesse deste tema contrasta com a escassez de bibliografia disponível, quer sobre outros museus militares do país quer sobre o Museu Militar de Bragança em concreto.

O museu militar de Bragança surge na primeira metade do século XX como um espaço de salvaguarda das memórias dos feitos bélicos das forças militares sedeadas em Bragança. Após a erradicação da última unidade militar de Bragança, em 1958, o museu é temporariamente encerrado e trasladado o acervo para o Museu Militar de Lisboa. Já na década de 80 do século XX o museu volta a ser instalado no local de origem, a torre de menagem do castelo, e impõe-se como espaço \ memória das vivências militares da cidade.

Uma das dúvidas que nos surgiu logo à partida, prendia-se com o ano exacto da fundação do museu, dado que não era sabido com precisão dentro da instituição actual, e apesar de ser um dado quantitativo foi por nós considerado determinante não só para estabelecer uma baliza cronológica segura, mas para constituir o ponto de partida de um percurso que perdura até hoje.

Neste sentido, começamos por pesquisar as Ordens de Serviço, publicadas pelas unidades militares sedeadas no castelo, responsáveis pelo museu. As O.S. são registos diários que nos permitiram seguir de perto as preocupações e determinações alusivas a

---

<sup>53</sup> Artigo baseado na dissertação de Mestrado, orientado por Armando Coelho, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto: NOGUEIRO, Emília, Museu Militar de Bragança: Fundação; Práticas Museológicas Dissertação de Mestrado do Curso Integrado de Estudos Pós-graduados em Museologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

<sup>54</sup> Docente no Instituto Politécnico de Bragança; Promotora do projecto cultural Historia e Arte – <http://historia-e-arte.blogspot.com/> correio electrónico: [emilianogueiro@gmail.com](mailto:emilianogueiro@gmail.com)

esta instituição, e onde encontramos a mais antiga referência ao Museu, com data de 1929.

As Ordens de Serviço constituem um importantíssimo registo diário que permite que nos aproximemos ao quotidiano do quartel. O quartel sediado no interior do recinto amuralhado da cidade partilhava o espaço com a comunidade civil que habitava o interior da vila amuralhada, e, interagia também, económica, social e culturalmente com a restante população da cidade. Esta relação é bem evidente em inúmeras Ordens de Serviço publicadas que registam as trocas comerciais de bens e serviços entre ambas comunidades, o que confirma o relevante peso dentro da sociedade civil da permanência na cidade do quartel militar.

Esta relação, apesar de extravasar o espaço restrito do museu, atesta a amplitude social a que a instituição museológica estava inicialmente associada, pois a vida no quartel supunha então uma ascensão social, uma efectiva melhoria das condições de vida para muitos militares, o acesso à cultura, a cuidados médico e, inúmeras vezes também, o acesso a uma refeição.

Com a erradicação da última unidade militar de Bragança, desaparecem as Ordens de Serviço, optamos então por seguir o rasto do museu militar nas publicações culturais da região.

A consulta destes documentos permitiu-nos reflectir sobre a importância na comunidade do museu militar aquando da sua fundação, bem como a consequente falta sentida na privação deste, quando foi transferido para Lisboa, e permitiu-nos também constatar a relevância que, na actualidade, a instituição possui enquanto forte gerador de desenvolvimento, consubstanciado mormente no número fabuloso de visitantes anuais, que ronda os sessenta mil ingressos.

### **Espaço do Museu**

Desde a sua fundação que o Museu Militar ocupou a Torre de Menagem do castelo de Bragança<sup>55</sup>. Este facto estabelece uma relação muito forte entre o museu e o espaço que este ocupa, ainda hoje são indissociáveis essas duas realidades e ambas têm vantagens nessa relação. O museu permite que persista no castelo a memória militar que esteve na génese da sua edificação. Segundo o Professor Alexandre Rodrigues, o

---

<sup>55</sup> Monumento Nacional, por Decreto de 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho 1910.

projecto defensivo que ainda hoje existe data de 1409 a 1449, durante o reinado de D. João I (RODRIGUES, 1997:472).

Já o Abade de Baçal afirmava (ALVES, 2000:258, 261):

*(...) «as janelas em ogiva do nosso castelo, bipartidas por pinásios encimados de ornatos radiantes e rosáceos, pertencem ao segundo período da arquitectura ogival ou gótica, que vai desde o século XIV ao XV, e a esta época tem de se adscrever a sua construção.»*

Assumindo que:

*(...) «o castelo de Bragança foi mandado construir por D. João I, pelos anos de 1409, e a sua fábrica assumiu tais proporções de grandeza, que ao falar-se em obras já se entendia serem as do castelo. Duraram, antes de concluídas, passante de trinta anos, abrangendo os reinados de D. João I, seu filho D. Duarte e neto D. Afonso V.»*



Fig.1 – Castelo de Bragança (alçado Sul e Este)

A construção da torre de menagem foi iniciada no período de D. João I sobre uma alcáçova da época de D. Dinis de finais do século XIII, é rodeada por uma linha de muralhas robustecida com cubos e tambores semicirculares abobadados a tijolo. A torre de menagem é de construção tipicamente medieval, alta e espessa de muros direitos e a parte inferior cavada de cisterna (que também poderia ser cárcere ou armazém). A entrada na torre foi rasgada no piso intermédio, inicialmente acedia-se ao interior por uma escada volante. Sobre a entrada, vemos, no cimo da torre, um balcão de mata cães ou besteira machicoulis apoiada por robustos cachorros e aberto no chão, que permitia atingir o atacante que tentasse entrar pela porta principal.

Nos ângulos superiores há quatro guaritas de secção circular, pormenor possivelmente de influência espanhola. Conjuntamente com as ameias, as guaritas, a

porta em alto posicionamento e as robustas paredes constituem o sistema defensivo da torre.

Outrora a torre tinha telhado que permitia o aproveitamento das águas pluviais para a cisterna.

José Cardoso Borges, na *Descrição Topographica da cidade de Bragança*, citado pelo Abade de Baçal, (ALVES, 2000: 265) afirma que, (...) «*sobe hua bem arteficiosa escada a que se comunica todas as cazas até o mais alto, e deste descem aquedutos para hua grande cisterna.*»

É possível que a escada de caracol que hoje conduz ao piso da cisterna tivesse continuidade até ao coroamento pondo em comunicação os diversos pisos.

O abade de Baçal (ALVES, 2000: 264) refere que:

*(...) «a sua divisão interior não é a primitiva e que foi modificada, como se vê pelo traçado da escada que põe em comunicação os pavimentos que em partes vai cortar as entradas que dão para alguns compartimentos. Talvez esta modificação fosse feita em 1671 em que o príncipe regente, por carta datada de Lisboa de 11 de Janeiro, e sendo alcaide-mor Pedro de Mariz Sarmento, manda recolher no castelo os presos por a cadeia estar em mau estado.»*

A presença de janelas ornamentadas denota que além da função militar a torre de menagem detinha também função habitacional. Os grandes vãos decorados de estilo gótico são indicadores do conforto interior fruto de novas concepções de comodidade.

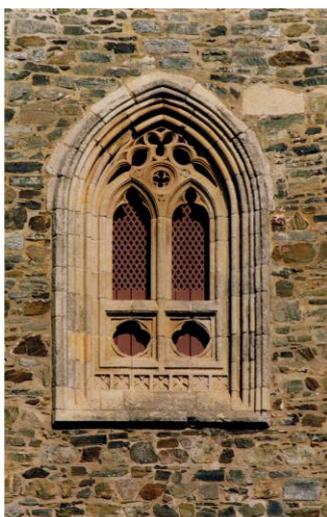


Fig. 2 – Detalhe da janela do alçado sul da torre de menagem

A torre de menagem era envolvida por outro aro defensivo que também abrigava a alcáçova de que hoje nada resta:

*«De forma quadrangular, tem as suas faces orientadas pelos quatro pontos cardeais e é formado de pedra solta e argamassa à excepção da base, ângulos, ameias, miradouros e uma cintura que tem a meia altura que são de granito grosseiro. Tem dezassete metros de lado e trinta e três de altura, aproximadamente.» (ALVES, 2000: 263).*

Aproveitando os materiais naturais da região o Castelo e a torre de menagem estão construídos em granito, nos cunhais no reforço dos vãos e piso térreo, sendo que os panos de muralhas bem como a restante construção é maioritariamente constituída por serpentinito, rocha ultra-básica do grupo das metamórficas, que lhe confere o tom azulado, (segundo informação do Professor Luís Filipe, docente na área de geologia na ESEB), entre a pedra solta unida com argamassa é possível observar também rochas de xisto, mas em menor quantidade.

A alcáçova estava construída entre a torre de menagem e a torre da princesa, com arcaria num dos lados e duas torres no lado norte, a torre da princesa e outra torre semicircular, já desaparecida.



Fig. 3 – Desenho de Duarte D’Armas, c. 1509 (ARMAS, 1997) Observa-se ainda o edifício da alcáçova entre a torre de menagem e a torre da princesa.

Em 1831, a alcáçova, em avançado estado de degradação, já desabitada, foi mandada fechar a pedra e cal pela câmara. Se bem que 50 anos antes, o alcaide-mor

tenha rectificado o seu uso legítimo, perante a eminente ocupação do espaço por parte do regimento de infantaria.

Segundo o Coronel Rodrigues, num artigo publicado pela revista *Brigantia* (RODRIGUES, b, 1995), Bragança tem registo de aquartelar unidades militares desde 1664, ainda no rescaldo da guerra da restauração. Porém só em 1710 é que há notícia de existir um quartel, feito à custa do erário régio. Deste edifício primitivo já nada resta.

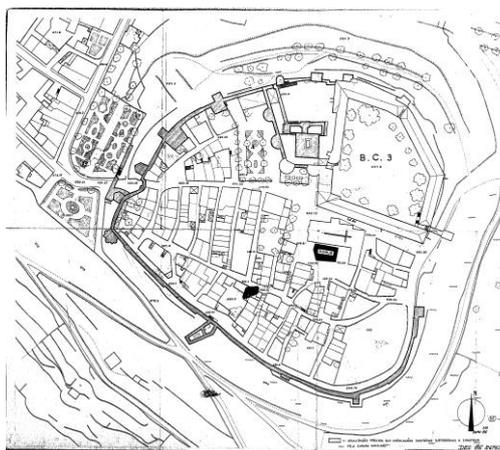


Fig. 4 – Planta do Castelo e da zona intramuros, a área nordeste estava ocupada pelo Quartel do Bç 3 (fundo documental SIPA)

Em 1800, o Tenente General Manuel Jorge de Sepúlveda, na sua qualidade de Governador de Armas da província de Trás-os-Montes, mandou construir um quartel no castelo de Bragança, destinado a uma unidade de Infantaria. Para o efeito mandou demolir vários edifícios, aproveitou parte das muralhas para construir as casernas, e, para melhor ordenar a parada, foi desmantelada parte da casa do alcaide.



Fig. 5 – Fotografia aérea do Castelo, (década de 60, século XX) e zona envolvente, sobre a muralha é possível observar o edifício do quartel e o campo da parada militar (fundo documental SIPA)

Um século mais tarde a Unidade de Infantaria ocupava não só o quartel do castelo mas também o forte de São João de Deus, que albergava até ao princípio do século XX a unidade de Cavalaria. Em simultâneo existiam outros órgãos de apoio militar, como o hospital militar e a farmácia.

### **Fundação do Museu**

Em 1929 é publicada a autorização para a fundação do museu,

*«(...) em virtude da autorização do Comando da Região, transmitida pelo Comando Militar desta guarnição, foi este regimento autorizado a organizar um Museu Militar».*<sup>56</sup>



Fig. 6 - Castelo ocupado pelo Quartel do Bç 3 (fundo documental SIPA)

A iniciativa parte do Regimento de Infantaria nº 10, comandado na época pelo Coronel António José Teixeira. Trata-se de uma iniciativa local, que resulta da vontade e do empenho de militares adstritos ao regimento. Esta informação acrescenta um dado novo ao histórico, até à data recolhida, relativo à fundação do museu. Com alguma insegurança, afirmava-se que o Museu Militar de Bragança tinha sido fundado em 8 de Julho de 1938, (FELGUEIRAS, 1960) no entanto, a recolha de elementos publicadas nas Ordens de Serviço do quartel revelam que esta data é imprecisa e posterior à data real da fundação do museu.

Desde a sua fundação até ao momento, podemos distinguir variações na identidade cultural que o museu materializa, e também na identidade do público a que se destina.

---

<sup>56</sup> Ordens de Serviço (1929) Regimento de Infantaria Nº 10.

O museu militar enquanto expressão e instrumento de identificação, sofreu alterações, fruto das transformações que se operaram na comunidade onde se insere. A comunidade a que inicialmente estava destinado o museu era a comunidade militar. As Ordens de Serviço das unidades militares aquarteladas no castelo consultadas no âmbito desta pesquisa, permitem-nos seguir a diário as preocupações e acções levadas a cabo no interior do quartel.

O objectivo da pesquisa destes documentos foi seguir o histórico do museu, no entanto, foi inevitável atendermos a outros aspectos relacionados com o quotidiano do quartel. Uma vez que, na época a cidade de Bragança carecia de biblioteca pública, foi surpreendente constatar a forte preocupação com o aumento constante da biblioteca do quartel. A biblioteca estava guardada numa sala contígua à sala do museu, e são frequentes as referências aos novos livros acrescentados à carga da biblioteca, são livros de temas militares, mas também de geografia, história, e de história local, filosofia e agricultura.

A partir da década de 30 do século XX é constante o aumento da biblioteca com obras publicadas pelo Ministério de Propaganda, Secretariado da União Nacional. Aquando da extinção da última unidade militar aquartelada em Bragança, a biblioteca foi transferida para Lisboa, onde se mantém até hoje. É igualmente incontornável o papel da Escola Regimental como agente de desenvolvimento social. A escola leccionava diferentes áreas relacionadas com a prática militar, em paralelo regulava os parâmetros comportamentais e cívicos dos militares que a ela acudiam.

São inúmeras as recomendações expressas nas Ordens de Serviço que propõem alterar comportamentos, não só dentro do espaço militar mas também com implicações no espaço civil. Os aspectos pessoais de higiene, como o uso e distribuição de escovas dos dentes, a obrigatoriedade do banho, de saúde, com acesso a consultas de diferentes especialidades médicas, bem como os aspectos públicos de higiene e saúde, os rastreios, as vacinas, a prevenção de doenças e do seu contágio, até as preocupações ecológicas na proibição do uso de veneno para os peixes são igualmente questões clarificadas dentro do quartel.

Este facto permite-nos pensar na amplitude dos conhecimentos disseminados dentro do quartel, o que nos deixa perceber o profundo impacto ao nível do desenvolvimento social num espaço interior transmontano que na época sofria de pior acesso à educação e à cultura, que o que se sente actualmente.

Outro aspecto que nos pareceu destacável foi a preocupação com a formação musical. No quartel era ensinada música com diferentes instrumentos musicais, existia mesmo uma banda musical, inúmeras vezes requisitadas por organizações civis e religiosas.

Este facto conduz-nos, mais uma vez, para a importância, também no quotidiano, da presença do quartel militar na cidade. O acesso a muitas manifestações culturais era feito através do quartel, e não apenas para o público que directamente estava relacionado com a vida militar mas para toda a comunidade, que nas festividades fruía da música interpretada pela banda.

A nível económico, a relação entre a comunidade e o quartel ainda hoje é lembrada, pois, os sapateiros, as lavadeiras e toda a restante comunidade que directa ou indirectamente vendia bens e prestava serviços ao quartel, sofreu um grave golpe quando a unidade militar foi desmantelada.

O quartel prestava ainda apoio social - são inúmeras as Ordens de Serviço que encontramos que regulam a distribuição dos *“restos do rancho pelos pobres”*, e ainda hoje esta memória perdura sobretudo na comunidade que habita a zona da vila, dentro do recinto amuralhado.

Relativamente à relação estabelecida entre o quartel, com todas as suas valências, e a comunidade da cidade, cremos ser um assunto digno de mais profundas pesquisas, de melhores recolhas materiais e imateriais que permitam, com a intervenção activa da comunidade, reunir uma colecção passível de ser exposta. A este assunto aludiremos mais concretamente no texto relativo à exposição do segundo capítulo.

Dentro do quartel militar, o museu constituía mais um elemento difusor de cultura. O objectivo da constituição do museu é claro pretende-se que o museu dê *«maior incremento a este repositório de glórias militares o que virá atestar não só a cultura intelectual da guarnição mas ainda o desejo de caminhar a par das nações mais civilizadas»*.<sup>57</sup>

Era assim exposto o objectivo do museu pelo Comandante da Unidade, responsável pela fundação do Museu, o Coronel José António Teixeira. Estas palavras evidenciam a preocupação primária em consolidar o acervo como um conjunto de bens culturais, que deveria ser valorizado com objectivos educativos, passíveis de promover o indivíduo e a sociedade. É evidente, neste excerto, a preocupação em mostrar e

---

<sup>57</sup> Ordens de Serviço (1932) Regimento de Infantaria Nº 10, ordem regimental nº 292.

valorizar os objectos expostos de modo a que o museu constitua, não só um repositório de glórias militares, mas que a preservação dessa memória permita atestar a cultura intelectual da guarnição, que na época se estabelecia como um dos públicos alvo da instituição. Notável é também o cuidado em acompanhar as nações mais civilizadas, no sentido de importar os caminhos pedagógicos e lúdicos já instituídos e credenciados noutros países mais desenvolvidos.

Na época existia já em Bragança o Museu do Abade de Baçal, que recebe o nome do seu ilustre director após a sua jubilação em 1925. No entanto a sua fundação remonta aos finais do século XIX, mais concretamente a 1897. Neste período o museu designava-se por Museu Municipal de Bragança, e a sua fundação esteve intrinsecamente ligada à figura do arqueólogo Coronel Albino Lopo. É interessante constatar a coincidência na formação militar do Coronel Albino Lopo e do Coronel António José Teixeira, figuras de maior relevância na fundação dos mais significativos espaços museológicos da cidade.

O Museu Militar logo se diferenciou do Museu Abade de Baçal, na sua missão e nos objectivos que se propunha alcançar. De carácter temático mais restritivo, as glórias e feitos militares, mas coincidente no aspecto regional, pois ambas as instituições valorizaram, desde a sua origem, a comunidade onde se inseriam e o espaço geográfico humano que representavam.

Logo no primeiro momento, o que se pretendia era que o museu militar constituísse um espaço potenciador da educação em paralelo à biblioteca e em complemento à escola regimental, o que permitiria aos militares, principais utilizadores do museu, o acesso a um mais vasto leque de recursos educacionais, geradores de uma melhor formação cultural, conseqüentemente, uma educação mais rica.

Simultaneamente pretendia-se que o Museu Militar expusesse a um público mais vasto o repositório de glórias militares, materializando o prestígio daquela unidade militar em concreto, bem como de figuras ilustres do passado militar da região. Assim, tornam-se evidentes os dois públicos alvo da instituição logo no seu primeiro momento: o público militar, que directamente fruía do espólio exposto, e a restante comunidade local, que podia aceder ao museu mediante solicitação, estava salvaguardado o acesso público, mas com restrições. Em 1932 define-se o critério de entrada no museu, «*Cobrar de cada visitante, mediante o respectivo bilhete, a importância de 1\$00 dando*

*contas, mensalmente, ao snr. Oficial tesoureiro do Museu, das importancias cobradas em presença dos respectivos verbetes»<sup>58</sup>.*

No entanto, além do pagamento o visitante deveria ainda cumprir com outro critério, na Ordem de Serviço de 1936 podemos ler *«sempre que apareçam pessoas que desejem visitar a Torre de Menagem – elas sejam apresentadas ao snr. oficial de dia que depois de se inteirar da sua idoneidade dará as suas instruções para serem acompanhadas na visita pelo guarda da Torre»*.<sup>59</sup>

A idoneidade dos visitantes era condição fundamental para assegurar o acesso ao museu.



porta da Alameda visível nesta fotografia foi fechada durante as obras da década de 60 de século XX, como se pode observar na fotografia da direita, nas mesmas obras foram restituídas as ameias à torre que a alojava. (fotografias do fundo documental SIPA)

Uma vez que o museu estava no interior do quartel, a entrada e saída de visitantes era controlada de modo a evitar que os visitantes entrassem em espaços de uso exclusivo dos militares, daí que, também era regulamentado o percurso que os visitantes deviam seguir dentro do museu, *«Recomenda-se que a entrada e saída dos visitantes do Castelo deve ser feita pela porta da Alameda sendo expressamente proibido fazê-lo pela cozinha.»*<sup>60</sup>

Durante o ano de 1939 verificamos que momentaneamente é proibida a entrada de visitantes *«Que se chama a atenção dos snr. Oficiais de dia à unidade para o determinado no artº 11º da O. R. nº 25, de 25 de Janeiro último, não sendo permitidas entradas no aquartelamento com o fim de visitar o Castelo.»*<sup>61</sup>

<sup>58</sup> Ordens de Serviço (1932) Regimento de Infantaria Nº 10

<sup>59</sup> Ordens de Serviço (1936) Regimento de Infantaria Nº 10, ordem regimental nº 256.

<sup>60</sup> Ordens de Serviço (1939) Regimento de Infantaria Nº 10, ordem regimental nº 25.

<sup>61</sup> Ordens de Serviço (1939) Regimento de Infantaria Nº 10, ordem regimental nº 193.

Na verdade, o no artº 11º da O. R. nº 25, transcrito em parte no anterior parágrafo, não expressa a proibição de entrada, apenas a restrição de entrada pela cozinha, possivelmente o museu e a sua divulgação não constituíam para o então director (Coronel Teófilo de Moraes), uma prioridade, tal como acontecia durante a direcção do Coronel José António Teixeira.

Mais tarde, e de novo sob a direcção do Coronel José António Teixeira, o critério de idoneidade dos visitantes é reforçado,

*«Que se chama à melhor atenção dos Senhores Oficiais de dia ao Batalhão, no sentido de restringirem as visitas, ao Castelo e Muralhas, somente a pessoas idóneas, que possam ser acompanhadas por senhores Oficiais ou Sargentos, não a facultando a quantos o desejam que, na maioria, apenas ali vão por mera curiosidade que se não justifica e sem qualquer fim educativo, obstando-se, sempre, que as dependências sejam devassadas, e conspurcadas e se toque nos objectos expostos... Somente em dias de gala e quando da O. B. tal constar, serão aquelas dependências facultadas à entrada do público, tomando-se, então, as indispensáveis medidas de vigilância.»<sup>62</sup>*

Apesar da proximidade de alguns conceitos relativos à função e objectivos do museu militar com as noções actuais, é evidente nestas linhas a diferença abissal entre a ideia da função de um museu actual e a ideia associada à função deste museu na década de 50 do século XX. Para o então director do museu tornava-se claro que a entrada na dita instituição não deveria ser aberta a todos os públicos, pois que, na grande maioria, os visitantes apenas ali iam por «mera curiosidade», atitude que era considerada como sendo desprovida de finalidade educativa. A curiosidade da comunidade pelo museu é hoje uma questão fortemente trabalhada junto dos públicos, e nunca desprezada pois constitui um veículo mais de aproximação entre público e instituição. No entanto, esta relação, que hoje nos parece primordial na função de qualquer instituição museológica, não o era então. O museu militar, fruto da própria estrutura militar onde se insere, bem como do espaço geográfico onde se localiza, sugere-nos alguma persistência nos modelos mais tradicionalistas e também alguma relutância na mudança. Neste sentido, interpretamos a disposição de restrição de públicos como uma atitude envolta em princípios que preconizavam o museu como espaço de prestígio, disponível apenas para uma população privilegiada, modo de actuar característico do Antigo Regime, que na década de 50 do século XX ainda perdurava. Porém, é igualmente notória a

---

<sup>62</sup> Ordens de Serviço (1951) Batalhão de Caçadores Nº 3, ordem nº 122.

preocupação com a conservação dos objectos expostos e com o espaço envolvente, sendo a ausência de vigilância do museu que determinava o acesso restrito ao público.

Quer seja a necessária idoneidade do visitante, ou a mal vista curiosidade o facto é que o museu não estava aberto a «quantos o desejam» visitar.

Hoje, a acessibilidade dos públicos ao museu militar prende-se com questões arquitectónicas do edifício e não com a personalidade dos visitantes. As Ordens de Serviço constituem os primeiros documentos conhecidos, que referem, ainda que sucintamente, os procedimentos a observar na prática museológica do Museu logo aquando da sua fundação. É inevitável atendermos à contemporaneidade de alguns aspectos descritos nestes textos, registados há quase 80 anos, mas, que denotam muitos dos procedimentos museológicos actualmente assumidos como obrigatórios. Neste sentido, podemos admitir que o plano geral de práticas museológicas do MMB começou a ser delineado logo na primeira década da sua existência.

Ainda antes de definir os públicos alvo, as Ordens de Serviços reflectem a preocupação com a função e os objectivos do Museu. Além da função de dar “*maior incremento a este repositório de glórias militares*”<sup>63</sup> a seguinte ordem de serviço reforça a missão de preservar esses bens culturais através do registo dos objectos museológicos, após a sua incorporação, sendo que, na época, a colecção estava ainda a ser reunida. Depreende-se que o acervo era então regularmente acrescentado. «*Entregar ao snr. Oficial secretário, qualquer artigo que receba, para ser devidamente catalogado.*»<sup>64</sup>

A preocupação em catalogar ou registar os elementos relativos aos objectos integrados no museu é primordial nas Ordens de Serviço. Supostamente, existiria um inventário de todos os bens, no entanto, com a extinção da unidade militar responsável pelo museu e a sua posterior trasladação para Lisboa, essa documentação está de momento em parte desconhecida, logo indisponível para consulta.

Mas as referências à catalogação bem como o pedido desta documentação por parte do Comando da Região, permitem-nos supor que ela existia, e que era muito valorizada, quer para a gestão local da instituição, quer para controlo superior do espólio à guarda das diferentes unidades.

---

<sup>63</sup> Ordens de Serviço (1932) Regimento de Infantaria Nº 10, ordem regimental nº 292.

<sup>64</sup> Ordens de Serviço (1932) Regimento de Infantaria Nº 10.

*«Que as unidades e estabelecimentos da Região, onde existam Museus militares, enviem até este Comando, até ao dia 27 do corrente mês, cópias em duplicado dos seus inventários»<sup>65</sup>*

Lamentavelmente, hoje, desconhece-se se existe ainda essa documentação, bem como desconhecemos o tipo de dados registados nesse inventário. Sabemos da existência de alguns objectos expostos no museu pela publicação posterior no Boletim dos Amigos de Bragança de artigos que referem o Museu Militar e que nos permitiram verificar alguns objectos que pertenciam à colecção inicial do Museu. Uma vez que não existe ainda um inventário total da colecção e não conhecemos o inventário inicial, estas referências são fundamentais para comparar as eventuais variações ocorridas dentro da colecção. O que apuramos é que os objectos mais significativos ou, pelo menos, aqueles mais considerados pelo autor do artigo (FELGUEIRAS, 1960), são ainda hoje parte integrante do acervo do Museu, entre eles está

*«(...) a espada gloriosa do heróico comandante de caçadores 3, Coronel Sousa Machado (...) a arma Mauser – Vergueiro oferta do benemérito Dr. Diogo Vargas, sobrinho do autor da modificação sofrida pela arma Mauser.»*

Descreve também o mesmo autor a «sala de glórias africanas» que «falava das Campanhas do Ultramar.» (FELGUEIRAS, 1962). Espaço que ainda hoje se mantém com objectos relacionados com etnias de Moçambique e com as campanhas militares que levaram até lá o Batalhão de Caçadores 3. É nesta sala que se expõe uma réplica das calças do régulo moçambicano Gungunhana, que constitui, ainda hoje, um dos objectos mais destacados pelos visitantes.

Num artigo posterior, com data de 1971 (FELGUEIRAS, 1971), está exposto

*«O Museu (...) tinha nas várias secções, armas de fogo, armas brancas gentílicas; projecteis, armaduras, capacetes e barretinas; bandeiras; obras de arte; fotografias e estampas»*

Neste excerto, estão contempladas as categorias de objectos que ainda hoje constituem os principais núcleos da colecção, que são: Armaria; Armamento; Espólio Documental; Medalhística e Traje, com os seus diversos componentes.

Além do inventário referido nas O.S. outras funções museológicas estavam já estabelecidas nestes documentos e determinado quem as cumpriria, assim acontece com

---

<sup>65</sup> Ordens de Serviço (1949) Batalhão de Caçadores N° 3, ordem n° 170.

a conservação. É evidente nas Ordens de Serviço o cuidado e a preocupação com a conservação do acervo museológico, bem como de edifício que o guardava

*«Fazer barrer e limpar tirar vegetais etc. duas vezes por semana, pelo menos, todas as dependências da Torre de Menagem para o que poderá requisitar ao snr. Oficial de dia ou qualquer dos snrs. Oficiais Directores os homens necessários. Fazer conservar todos os artigos nos seus respectivos logares, sempre limpos desenferrujados e bem acondicionados, não permitindo que os visitantes lhes toquem»<sup>66</sup>.*

Este cuidado é igualmente assumido numa atitude contemporânea, uma vez que é valorizada a conservação do objecto, e simultaneamente asseguradas as condições ambientais adequadas à preservação da integridade do acervo.

A contemporaneidade da atitude extravasa mesmo o espaço físico do museu e do quartel, saindo do edifício para o território. Podemos notar que o raio de acção das normas relativas à conservação inscritas nas Ordens de Serviço se estendia também ao espaço envolvente:

*«Que tem-se constatado que não obstante as recomendações de se não pôr roupa nas muralhas e de se não danificarem as mesmas, tal abuso continua; que de amanhã em diante seja nomeado um plantão ao ginásio que tem por obrigação:*

- 1. Não deixar colocar nas muralhas qualquer artigo que as danifique.*
- 2. Não deixar ingressar às muralhas quem não vá em serviço, ou devidamente autorizado.<sup>67</sup>*

No documento seguinte é ainda mais clara a preocupação pela conservação do espaço envolvente do quartel e do museu, pois estavam ambos dentro da vila amuralhada, que se manteve sempre como zona habitacional civil, comunidade que nem sempre cumpria as normas preconizadas pela unidade militar:

*«Que todos os dias os snrs. oficiais de dia mandem visitar o caminho de ronda das muralhas – devendo receber a informação do seu estado de asseio e mandarão remover qualquer dejecto que seja encontrado, para que se não julgue que a cultura e educação da unidade é baixa – quando é certo que tais actos são devidos, sem duvida, aos garotos da Cidadela – e por isso a ronda e plantão dos fossos devem procurar*

---

<sup>66</sup> Ordens de Serviço (1932) Regimento de Infantaria Nº 10.

<sup>67</sup> Ordens de Serviço (1936) Regimento de Infantaria Nº 10, ordem regimental nº 332.

*prender os que encontrarem nas muralhas fazendo-os apresentar ao snr. oficial de dia que os fará conduzir à policia com a competente participação.*<sup>68</sup>

O controlo era o método dissuasor que o quartel usava perante os comportamentos provocadores de deterioração do património da comunidade local, porém usava também o exemplo correcto dos seus elementos como método de ensino dos comportamentos potenciadores do desenvolvimento social.

É de notar que a atitude controladora e mesmo restritiva do quartel em relação aos comportamentos da comunidade civil se agrava no princípio da década de 50, quando é publicada uma determinação onde se lê

*«Que se chama à melhor atenção dos Senhores Oficiais de dia ao Batalhão, no sentido de restringirem as visitas, ao Castelo e Muralhas (...) obstando-se, sempre, que as dependências sejam devassadas, e conspurcadas e se toque nos objectos expostos.»*<sup>69</sup>

É evidente que o excesso de zelo comprometia a fruição do acervo museológico e do castelo que o guardava, no entanto esta atitude, de alguma maneira, permitiu que este património tenha chegado aos nossos dias.

Assim como a conservação, a preocupação pela segurança surge nas primeiras Ordens de Serviço alusivas ao museu

*«Fazer conservar todos os artigos nos seus respectivos logares, (...) não permitindo que os visitantes lhes toquem (...) Certificar-se diáriamente de que todas as portas e janelas da Torre ficam perfeitamente fechadas e entregar ao toque da ordem todas as chaves ao snr. Ajudante que as fará guardar no local a isso destinado.»*<sup>70</sup>

Neste excerto da ordem de serviço alusiva às responsabilidades do 1º Cabo Fiel do museu são evidentes as preocupações com a segurança do espaço bem com do acervo nele guardado. De novo encontramos esta preocupação reforçada na ordem de serviço com data de 1939

*«O encarregado de acompanhar os visitantes, faxina das luzes, deverá solicitar ao Snr. Oficial de dia as respectivas chaves, entregando-as ao mesmo senhor logo que termine a visita, fechando convenientemente todas as portas, o que o Snr. Oficial de*

---

<sup>68</sup> Ordens de Serviço (1937) Regimento de Infantaria Nº 10, ordem regimental nº 243.

<sup>69</sup> Ordens de Serviço (1951) Batalhão de Caçadores Nº 3, ordem nº 122.

<sup>70</sup> Ordens de Serviço (1932) Regimento de Infantaria Nº 10.

*dia mandará verificar pelo sargento de dia ao regimento, como se acha recomendado.»<sup>71</sup>*

Mais tarde, já na década de 50 voltamos a constatar que este assunto continuava a merecer nova ordem, o que evidencia que as anteriores não tinham sido observadas convenientemente.

*«As chaves da entrada estarão sempre no chaveiro existente no quarto do Senhor Oficial de dia e nunca no da faxina das luzes».<sup>72</sup>*

Além do cuidado com o fecho das portas e com a sua verificação, vemos também a atenção em concentrar a responsabilidade da posse das chaves do oficial de dia, que surge no topo desta hierarquia iniciada pelo “faxina das luzes”. Este detalhe remete-nos para a forte organização hierárquica dos recursos humanos afectos ao museu. O museu, sendo mais uma dependência do quartel estava forçosamente imbuído nos mesmos princípios.

A consulta das Ordens de Serviço deixou-nos clara a ideia da importância dos recursos humanos da instituição e da distribuição de trabalhos entre eles. Dos 21 registos relativos ao museu encontrados nas Ordens de Serviço entre os anos de 1926 e 1960, 13 dessas ordens são relativas à nomeação de funcionários e sobretudo às funções que lhe assistiam

*«Que a comissão directora do Museu Militar, é constituída para o actual ano de 1930 pelos seguintes srs. Oficiais e sargentos: Presidente nato, o comandante do Regimento. Directores, Sr. Major J. B. de A. Leite, capitão sr. D. A. Ferreira; sargento ajudante, G. dos S. Souza; 1º sargento M. A. C. Zilhão e 2º sargento servindo de secretário S. A. Borges.»<sup>73</sup>*

Este é o primeiro documento relativo aos funcionários do museu, estando ainda a unidade militar sedeadada no mesmo complexo arquitectónico do museu, supomos que seria previsível que mais militares desempenhassem outras funções dentro do museu, porém a ordem refere apenas os oficiais com cargos de direcção, registando assim as responsabilidades que recaiam sobre os nomeados.

---

<sup>71</sup> Ordens de Serviço (1939) Regimento de Infantaria Nº 10, ordem regimental nº 25.

<sup>72</sup> Ordens de Serviço (1951) Batalhão de Caçadores Nº 3, ordem nº 122.

<sup>73</sup> Ordens de Serviço (1930) Regimento de Infantaria Nº 10, ordem regimental nº 49.

Dois anos após o registo da primeira ordem de serviço relativa aos funcionários do museu e às funções que nele deveriam desempenhar, nova ordem é registada:

*«Que para dirigirem o Museu e Arquivo Militar, seja para o presente ano nomeada a seguinte comissão: Presidente o Comandante; Directores do Museu – Os snrs. Major J. B. A. Leite, capitão V. P. E. de Oliveira, tenentes A. J. Machado, J. J. Gouveia e J. T. Bramão, aspirante a oficial A. A. S. Sarmento e 1º sargento H. Albino – do Arquivo - Snrs. Majores J. A. L. Saldanha e J. M. Neto, capitão A. U. S. Morais, tenentes M. A. Fernandes, C. A. Tavares e J. A. Da Silva, alferes F. I. Moreira e 1º sargento M. Augusto. Estas comissões entram imediatamente em exercício, devendo distribuir o seu ou o mais graduado os cargos respectivos e o mez em que devem entrar de serviço como directores de mez, cabendo-lhes como tal fazerem zelar o arranjo e limpeza das dependências da Torre de Menagem e ter o maior e dar o maior encremento a este repositório de glórias militares (...).»<sup>74</sup>*

Detendo-nos na análise destes dois documentos observamos que se mantém o presidente do museu – o Comandante, que sabemos tratar-se do Coronel António José Teixeira, mantém-se igualmente um dos directores Major J. B. A. Leite, no entanto o que nos chama à atenção é o acréscimo substancial de funcionários. O primeiro documento de 1930 refere seis funcionários com funções afectas ao museu; as funções são pouco claras, mas é evidente que se trata de funções de direcção, pois é esse o único cargo, além do de presidente, referido, excepto para o último militar nomeado «2º sargento servindo de secretário S. A. Borges». O mesmo aspecto indefinido quanto às funções podemos observar no segundo documento datando de 1932, porém aos seis funcionários do primeiro documento sucedem oito, e mais oito funcionários apenas afectos ao arquivo, que funcionava nas mesmas instalações. É evidente o acréscimo de atenção a que, quer o museu quer o arquivo, foram votados, sinal claro que constituíam, para aquela unidade militar, uma forte motivação de empenho, esforços e com certeza orgulho e interesse. O aumento de funcionários significava mais compromisso e mais dedicação a um projecto que se revestia, na região, de significativa importância, pois à unidade militar sediada em Bragança, como a muitas outras localizadas fora dos grandes centros urbanos, acrescia, além das funções militares que lhe competia, o factor de educação, da disseminação da informação e da cultura.

---

<sup>74</sup> Ordens de Serviço (1932) Regimento de Infantaria Nº 10, ordem regimental nº 292.

No mesmo mês registam-se os deveres do 1º cabo fiel do museu, a que já aludimos relativamente à conservação, mas importa destacar na íntegra o documento pois expõe de forma prática e concreta as funções deste profissional,

*«Além de cumprir com o que lhe for determinado pelo snr. Oficial Director de Mez é o primeiro responsável por todos os artigos, livros e quadros que constituem o recheio do Museu e Arquivo e tem por deveres: 1º Fazer barrer e limpar tirar vegetais etc. duas vezes por semana, pelo menos, todas as dependências da Torre de Menagem para o que poderá requisitar ao snr. Oficial de dia ou qualquer dos snrs. Oficiais Directores os homens necessários. 2º Fazer conservar todos os artigos nos seus respectivos logares, sempre limpos desferrujados e bem acondicionados, não permitindo que os visitantes lhes toquem. 3º Entregar ao snr. Oficial secretário, qualquer artigo que receba, para ser devidamente catalogado e comunicar a oferta ao snr. Director de Mez. 4º Apresentar o livro dos visitantes, que estará sob a sua guarda e responsabilidade, a todas as pessoas de categoria que desejem inscrever os seus nomes. 5º Cobrar de cada visitante, mediante o respectivo bilhete, a importancia de 1\$00 dando contas, mensalmente, ao snr. Oficial tesoureiro do Museu, das importancias cobradas em presença dos respectivos verbetes. 6º Certificar-se diariamente de que todas as portas e janelas da Torre ficam perfeitamente fechadas e entregar ao toque da ordem todas as chavês ao snr. Ajudante que as fará guardar no local a isso destinado.»<sup>75</sup>*

As funções do 1º cabo fiel do museu são várias mas prendem-se sobretudo com a conservação e a segurança do acervo e do edifício.

No ano de 1938 era registado novo quadro de funcionários

*«Que os corpos directivos deste repositório de relíquias militares do nosso regimento passe a ser dirigido pelos seguintes militares da unidade:*

	<i>Presidente – Snr. cap. A. J. Machado</i>
<i>Directores</i>	<i>Conservador – Snr. ten. A. E. O. Faria</i>
	<i>Secretário – 1º sargento A. S. Subtil</i>

*Zelador – 1º cabo da C. A. Nº 3 / E J. G. Marralheiro*

*Diariamente será posta à disposição do 1º cabo zelador uma fachina regimental para a respectiva limpeza da torre de menagem e suas dependências.*

<sup>75</sup> Ordens de Serviço (1932) Regimento de Infantaria Nº 10.

*As instruções elaboradas pelo snr. Director Conservador entram desde já em execução.*<sup>76</sup>

O cabo zelador surge com nova designação, porém ao não constarem as suas funções presumimos que se mantêm as que já tinham sido definidas para o 1º cabo fiel do museu. É de notar que lhe foi posta à disposição a ajuda de «*uma fachina regimental*» o que denota a forte carga de responsabilidades e funções que lhe estavam inicialmente adstritas.

No ano seguinte é de novo publicado o quadro de funcionários do museu

*«Que de harmonia com o determinado no art. 5º do Cap. II do Regulamento do Museu, superiormente aprovado, é nomeado para as seguintes funções o pessoal: Director, o snr. Tenente A. E. de O. Faria; Adjunto, o snr. Alferes M. A. Tavares; Amanuenses, o Furriel M. A. Do Nascimento; Chefe de guardas (1º guarda) o 1º Cabo nº 3 / E, da C. A., J. G. Marralheiro e Guarda o soldado da mesma companhia nº 236 / E a. Fernandes.*<sup>77</sup>

Nesta ordem de serviço surge a designação “Guarda”, sendo que se nos apresenta com a hierarquia de 1º Guarda e Guarda, certificando a crescente importância da instituição como local de visita, mormente da comunidade local.

Três anos mais tarde é publicada outra ordem, onde verificamos que é novamente nomeado director do museu o Coronel António José Teixeira.<sup>78</sup> Quatro anos mais tarde, em 1945, nova ordem de serviço informa das alterações no quadro de funcionários afectos ao museu.<sup>79</sup> Em 1950 é publicado o texto referente às alterações dos funcionários do museu.<sup>80</sup> É constante a publicação de Ordens de Serviço relativas aos

---

<sup>76</sup> Ordens de Serviço (1938) Regimento de Infantaria Nº 10, ordem regimental nº 49.

<sup>77</sup> Ordens de Serviço (1938) Regimento de Infantaria Nº 10, ordem regimental nº 235.

<sup>78</sup> «MUSEU MILITAR: Que para os devidos efeitos, se transcreve a nota nº 163/1 Pº 1 da 4ª Rep. Do Comando da Região, de 20 do corrente:

“Sua Exª o General, Comandante da Região, encarrega-me de comunicar a V. Exª que aprovou as alterações respeitantes ao Regulamento do Museu Militar da torre de Menagem dessa cidade que acompanhou a nota dessa unidade nº 535, de 21 de Fevereiro findo.

Ao assunto se refere a nota da 4ª Repartição deste Comando, nº 145 de 10 do corrente, endereçada ao Comando Militar, também dessa Cidade, e em que foi comunicado ter sido aprovada a proposta de nomeação para Director do mesmo Museu, do Snr. Coronel de Infantaria, no Q. R. António José Teixeira, ao qual este comando informou directamente do assunto» Ordens de Serviço do Batalhão de Caçadores Nº 10, ordem nº 84, 1941

<sup>79</sup> Que seja nomeado Director e Conservador do Museu Militar, instalado na Torre de Menagem do Castelo, o Snr. Tenente miliciano L. dos S. Gouveia, em substituição do Snr. Capitão A. E. O. Faria, que marchou para os Açores, como expedicionário.» Ordens de Serviço do Batalhão de Caçadores Nº 3, ordem nº 233, 1945

<sup>80</sup> MUSEU MILITAR –

recursos humanos dedicados ao museu. Este aspecto permite-nos, sem dúvida, supor a importância do museu dentro da comunidade militar onde estava inserido e a preocupação que constituía a seu correcto e bem definido funcionamento.

Nas últimas Ordens de Serviço, já nas vésperas da dissolução da unidade militar, as determinações relativas ao museu reflectem exclusivamente questões relacionadas com a gestão e nomeação de recursos humanos. Em 1956, de novo são publicadas as alterações do quadro de funcionários.<sup>81</sup> Ainda no mesmo ano sai nova ordem de serviço onde se podem consultar mais detalhadamente os novos elementos agregados às funções do museu

*«MUSEU MILITAR – NOMEAÇÃO DE PESSOAL: Que de harmonia com o determinado no despacho de sua Ex.<sup>a</sup> o Brigadeiro, 2º Comandante da Região, de 19 do corrente, lançado no respectivo regulamento, publicado na O. B. de 21 também do corrente, é nomeado o seguinte pessoal para dirigir e administrar o Museu Militar da Torre de Menagem do Castelo desta unidade.*

*- Director – Snr. Capitão António Afonso Veigas Vaz,*

*- Adjunto – Snr. Alferes Mº Hernâni Luciano Vilares,*

*- Amanuense – 2º sargento – Cândido do Nascimento,*

*- Chefe de Guardas – 1º cabo nº 226 / 55/ E. P. António Manuel Afonso,*

*- Guarda, Soldado nº 244 / 55/ E. P. João Manuel Esteves,*

*O original de regulamento do Museu, que entre em execução, desde hoje, e nesta data entregue ao Director.»<sup>82</sup>*

No mesmo ano é ainda nomeado o adjunto ao museu *«Que passe a exercer as funções de Adjunto do Museu Militar, o snr. Aspirante a oficial miliciano, Carlos*

---

a) *- Director – Conservador; Que segundo comunicação do Comando da Região, em nota nº 375 – Pº 1 da 4ª Repartição, de 17 do corrente, endereçada ao Comando Militar, foi aprovada, por sua Ex.<sup>a</sup> o General Comandante, a proposta para continuar com Director – Conservador do Museu Militar, o Senhor Capitão Joaquim Augusto Cordeiro, Comandante da 5ª Companhia da Guarda Fiscal aquartelada nesta cidade.*

b) *Adjunto; Que passa a exercer as funções de adjunto do mesmo Museu, o Senhor Alferes José António Fernandes Furtado, em substituição do Senhor Tenente do Q. R. Francisco Inácio Moreira» Ordens de Serviço do Batalhão de Caçadores Nº 3, ordem nº 82, 1950*

<sup>81</sup>*«MUSEU MILITAR - Director – Conservador: Que segundo comunicação do Comando da Região, em nota nº 138 da 4ª Repartição, de 1 do corrente, endereçada ao Comando Militar, o Quartel General concordou com a proposta feita em nota nº 26 de 27 de Janeiro findo para o Snr. Capitão José António Fernandes Furtado Montanha, Comandante da 5ª Companhia do Batalhão 3 da Guarda Fiscal, aquartelado nesta cidade, passar a exercer as funções de Director – Conservador do Museu Militar da Guarnição, em substituição do Exmo. Major, Joaquim Augusto Cordeiro, que foi colocado na D. A. I.» Ordens de Serviço do Batalhão de Caçadores Nº 3, ordem nº 34, 1956*

<sup>82</sup> Ordens de Serviço (1956) Batalhão de Caçadores Nº 3, ordem nº 55.

*Madureira de Castro Teixeira, em substituição Snr. Tenente miliciano Hernâni Luciano Vilares, que marchou em diligência.*<sup>83</sup>

Já no ano de 1958 é publicada a nomeação do último director antes da dissolução da unidade militar de Bragança e a consequente trasladação do acervo do museu para Lisboa

*«Que desde 15 do corrente passou a desempenhar as funções de Director do Museu Militar, o Snr. Asp. Milº Emílio Augusto Pires, em substituição do Snr. Asp. Of. Milº Hernâni José Esteves, que passou à disponibilidade.»*<sup>84</sup>

Na consulta das Ordens de Serviço deparamo-nos com a referência ao «Regulamento do Museu Militar» em 1938 que não deve passar despercebida pois tal documento constitui na actualidade um documento obrigatório dentro de todas as instituições museológicas e consolida-se como documento guia. Lamentavelmente, a dissolução da unidade militar de Bragança e a recente reestruturação das Regiões Militares provocaram a dispersão de alguns fundos documentais, o que nos impede de saber se o dito regulamento se referia apenas a assuntos relativos aos recursos humanos do museu, ou, se numa atitude perfeitamente contemporânea, preconizava já procedimentos normativos actuais.

Em 1941 surge outra vez a referência ao “Regulamento” e repete-se, mais uma vez, já no ano de 1956 também relacionado com nova nomeação de pessoal, e por fim, no mesmo ano é registada uma ordem onde se lê

*«REGULAMENTO DO MUSEU MILITAR DA TORRE DE MENAGEM DO CASTELO DE BRAGANÇA: Que de harmonia com o determinado na nota confidencia n.º 10 – B, da 2ª Repartição, do Comando da região, de 25 do corrente, o artigo 6º da O. B., n.º 52, de 21 também do corrente, passa a ter a seguinte redacção: “Que por determinação do Comando da região, seja publicado o Regulamento do Museu Militar da Torre de menagem do Castelo de Bragança.”*<sup>85</sup>

A relação entre o “regulamento” e a nomeação de funcionários parece-nos evidente, o que talvez afaste a ideia de se tratar de um documento normativo mais abrangente, no entanto, o desconhecimento do documento não nos permite afirmar esta relação com segurança.

---

<sup>83</sup> Ordens de Serviço (1956) Batalhão de Caçadores Nº 3, ordem nº 230.

<sup>84</sup> Ordens de Serviço (1958) Batalhão de Caçadores Nº 3, ordem nº 42.

<sup>85</sup> Ordens de Serviço (1956) Batalhão de Caçadores Nº 3, ordem nº 59.

Sobre as Ordens de Serviço resta-nos apenas referir o registo que é feito sobre o Livro de sugestões e reclamações. A este respeito, a Ordem de Serviço relativa às funções do oficial do museu menciona: «*Apresentar o livro dos visitantes, que estará sob a sua guarda e responsabilidade, a todas as pessoas de categoria que desejem inscrever os seus nomes*». <sup>86</sup>

É inquestionável a diferença entre o conceito de “Livro de sugestões e reclamações” actual e a expressa na ordem de serviço do Regimento de Infantaria Nº 10, em 1932. Neste, o livro destinava-se apenas a “pessoas de categoria” e não para reclamarem ou sugerirem mas sim e apenas para “inscrever os seus nomes”. Mais uma vez são coincidentes os princípios preconizados nas Ordens de Serviço, que constituem indubitavelmente um valioso conjunto de documentos, com as normas e procedimentos actuais, embora o conceito que envolve estes princípios seja desprovido da contemporânea carga democrática.

Até ao último momento da permanência do quartel na cidade de Bragança, o museu foi incontestavelmente alvo de preocupação e de cuidados expostos nas diversas Ordens de Serviço publicadas. O que nos permite afirmar, que, apesar do museu não constituir uma prioridade dentro das funções do Exército, é inquestionável a importância que detinha dentro da unidade militar que o geria quer fosse o Regimento de Infantaria nº 10, responsável pela sua fundação, quer fosse o Batalhão de Infantaria nº 10, e por fim o Batalhão de Caçadores nº 3. Todas as unidades que tiveram à sua guarda o Museu Militar se esforçaram por consolidá-lo e por regular o seu bom funcionamento. Este interesse é de sobremaneira reflexo do desenvolvimento social que o quartel promoveu enquanto esteve na cidade.

No final da década de 50 do século XX, com a saída da unidade militar aquartelada em Bragança, perdemos o registo do museu nas Ordens de Serviço, pois quebra-se definitivamente o elo entre o museu e o quartel.

Como já afirmamos a saída do quartel militar de Bragança não foi pacífica, sobretudo no seio da comunidade local que beneficiava de várias vantagens económicas, sociais e culturais com a permanência dos militares na cidade. Este litígio ainda hoje se sente, ainda hoje é comum ouvir queixas e lamentos relativamente à saída dos militares da cidade. Para consolidar esta percepção, mantendo o Museu Militar como objecto de estudo, optamos por consultar as revistas e publicações culturais da região. Neste

---

<sup>86</sup> Ordens de Serviço (1932) Regimento de Infantaria Nº 10.

sentido, consultamos a revista “Brigantia” e o Boletim dos “Amigos de Bragança”, em ambas as publicações as referências ao Museu Militar são raras.



Fig. 8 - Demolição do Quartel militar do Batalhão de Caçadores nº 3, 1964 (fotografias do fundo documental SIPA)

Sendo o Boletim dos “Amigos de Bragança” a mais antiga publicação de carácter cultural a impor-se, desde 1955 se bem que com interrupções, será nesta que primeiro nos fixaremos.

É precisamente três anos mais tarde da primeira publicação do Boletim dos “Amigos de Bragança” que o Batalhão de Caçadores nº 3 é desactivado. A partir de Setembro de 1960 deixa definitivamente de funcionar o quartel e os últimos registos são publicados pela Comissão Liquidatária do Batalhão de Caçadores nº 3.

No mesmo ano ecoa a opinião sobre esta alteração na cidade, de forma pungente e intensamente sentida (FELGUEIRAS, 1960)

*«Nesta hora de tristeza para a região bragançana, em que um pedaço da nossa alma, o melhor do nosso património moral e material, debilitando os nossos parques haveres, nos é arrancado, para enriquecer os de outros distritos, de outras cidades, já ricas de protecção e ubérrimas de haveres, criando problemas gravíssimos à nossa terra, tão parca de haveres e tão alheia à protecção, ninguém estranhará que abertamente se exteriorize o grande orgulho que sentimos como brigantinos, pela valiosa obra urdida, pelo nosso gloriosos Batalhão de Caçadores 3 (...) Por isso, repetimos e repetiremos: Bragança, como mãe estremosa, com os olhos embaciados pela saudade e a alma transbordante de esperança, manterá, suplicante, os seus braços estendidos até ao regresso do filho querido, que por justo nos parecer será breve. Cremos em Deus e nos homens que assim será.»*

Mas não foi, apesar da fé em Deus e nos homens, o quartel do Castelo não voltou a instalar o Batalhão de Caçadores 3, que ainda voltou para Bragança entre 1966 \ 75, mas ficaria no quartel do Forte de São João de Deus. É curioso ler nestas linhas reivindicações que com outra terminologia ainda são hoje proferidas. Na verdade a terra mantém-se “*parca de haveres*” pois a pobreza material é característica da terra fria transmontana, e de alguma maneira também “*alheia à protecção*”, desde que essas linhas foram redigidas inúmeros serviços foram paulatinamente retirados à cidade por falta de habitantes que justifique a sua permanência.

Ainda no mesmo ano, encontramos outro artigo, redigido pelo mesmo autor, (FELGUEIRAS, 1960) mais resignado já pela saída da unidade militar de Bragança, mas que ainda refere «*Bragança, em lapso bem restrito, achou-se desapossada do que, por veleidade nossa, se reputava como seu património: a Guarnição Militar*». Perante a inevitabilidade da saída da Guarnição Militar, o autor, no artigo dirigido ao então presidente da câmara Adriano Augusto Pires, propõe que o espaço outrora ocupado pela unidade militar seja reabilitado para transformar a cidade em Cidade Museu. Para tal o que se pretendia era a demolição completa de «*casas e casinhotos, desse aglomerado miserando, ajoujado dentro do círculo de muralhas, que constituem um atentado contra todos os preceitos de higiene, de urbanismo e de saúde física e moral.*» (FELGUEIRAS, 1960)

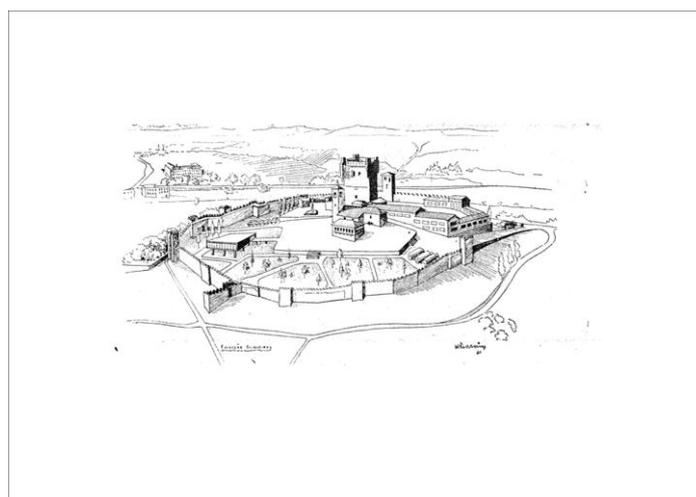


Fig. 9 - Proposta de transformação da Vila. Boletim do grupo “Amigos de Bragança”

A vila, ou cidadela da cidade de Bragança resistiu a este ímpeto restaurador da “*saúde física e moral*”, no entanto, o sonho de transformar a cidade em cidade museu

não desvaneceu e a demonstrá-lo estão os recentes espaços, quatro no total, novos e restaurados pela autarquia, afectos a funções museológicas.

Mas o grito reivindicativo seria mais forte quando se soube da notícia da transferência do Museu Militar (FELGUEIRAS, 1960).

*«Fala-se agora, da eliminação próxima de mais um pedaço valioso do património da nossa terra: o Museu Militar de Bragança, pela transferência do seu recheio para outros museus do país! »*

Com a saída da unidade militar responsável pelo Museu, a transferência deste tornou-se inevitável, pois era a unidade militar quem detinha a responsabilidade da gestão e salvaguarda dos bens afectos ao museu. No entanto, o museu consolidava-se na época como um fortíssimo conjunto patrimonial e documental das memórias militares dos bragançanos (FELGUEIRAS, 1960)

*«Olhemos o interessante repositório de coisas de arte, de coisas de história. Aos nossos olhos vão-se desbobinando belezas preciosas, raros ensinamentos que os livros não nos podem dar! Fala-nos do passado e do presente; dessas páginas cheias de luz vividas na Europa e nos Domínios Ultramarinos, onde se ouviu a voz e sentiu o esforço hercúleo da gente bragançana (...) As magníficas riquezas que os nossos olhos podem contemplar, embevecidos, guarda-os esse formosíssimo cofre, a Torre de Menagem (...) Ali nasceu e ali deve viver por todo o sempre o Museu Militar de Bragança (...) Se o Museu Militar de Bragança é (...) uma realidade, deve-se à nobreza de sentimentos dos seus oficiais, filhos que são da nossa terra; deve-se á compreensão, à garra patriótica e regionalista de todos os bragançanos; deve-se como já foi dito, ao seu fundador, o Coronel António José Teixeira e (não podemos esquecer-lo) aos seus preciosos colaboradores (...) Que injustiça, que ingratidão seria queimar o esforço de tantos devotados em prol da sua terra e da sua gente! (...) Não! As entidades competentes saberão ponderar a razão que nos assiste! (...) E porque assim é, confiados estamos que as nossas autoridades, distritais e concelhias, sempre sinceramente interessadas, não esquecerão de que justiça nos assiste.»*

Apesar da confiança nas autoridades que o autor denota, a realidade foi outra, o Museu foi encerrado e trasladada a colecção para o Museu Militar de Lisboa.

Dois anos mais tarde, num artigo sobre o Coronel António José Teixeira é de novo publicado o lamento e a revolta pela saída do Museu da Torre de Menagem do Castelo e a trasladação da sua colecção para Lisboa, (FELGUEIRAS, 1962):

*«Instalado na Torre de Menagem da fortaleza, era estabelecimento de instrução que os nossos militares e as autoridades civis bragançanas deveriam guardar religiosamente. Ninguém melhor que esse Museu nos falava das Campanhas do Ultramar em que lidaram os nossos antepassados, nessa sala de glórias africanas.»*

Quase dez anos mais tarde, é publicado outro artigo onde se reforça o descontentamento público pela saída do quartel militar, mas, sobretudo pela trasladação do Museu, (FELGUEIRAS, 1971)

*«O lugar deste Museu é apenas em Bragança (...) A eliminação do Museu Militar de Bragança, pedaço valioso do património da nossa terra, será uma injustiça. Mas o Exército Português não deseja que injustiças sejam feitas. Por isso, um dia, justiça condigna será feita.»*

É o último artigo referente ao Museu Militar publicado no Boletim do grupo dos Amigos de Bragança. Durante a década de 60, (1964) do século XX a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais – DGEMN demoliu o quartel de infantaria nº 10 e refez inúmeras cortinas e torres da muralha, impondo no castelo o aspecto que ainda hoje podemos contemplar.

A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) veio inverter a ruína de numerosos monumentos em todo o país. Como a maioria dos restauros efectuados por esta instituição, o plano não se limitou a uma consolidação do edificado, mas sim a uma reinvenção e re-monumentalização do conjunto.

Assim se explica a reconstrução de ameias em toda a cerca, a demolição do quartel oitocentista, a reposição de troços de muralhas e o desafogamento dos muros de inúmeras construções privadas que, ao longo dos tempos, a eles se foram adossando<sup>87</sup>.

O seguinte artigo relativo ao Museu Militar de Bragança vamos encontrá-lo na revista Brigantia. É um artigo assinado pelo Coronel Miguel Rodrigues, director do Museu desde 1982 até 1991. O Coronel Miguel Rodrigues é, justamente, considerado o re-fundador do Museu, pois após a trasladação do Museu para Lisboa, foi graças à sua persistência que o Museu voltou a ser instalado no seu lugar de origem.

---

<sup>87</sup> cf. disponível em: <http://www.ippar.pt> em 08-2009

Em 1979 com a extinção do Destacamento do Regimento de Infantaria de Vila Real, última Unidade Militar sedeadada em Bragança, toda a área do Distrito de Bragança fica definitivamente sem qualquer órgão ou estabelecimento militar. Em compensação foi superiormente decidido reactivar o antigo Museu Militar, que havia existido na Torre de Menagem do Castelo e cujo espólio se encontrava guardado no Museu Militar de Lisboa, conforme se pode ler no breve histórico disponibilizado no sítio do Exército Português<sup>88</sup>.

Em 22 de Agosto de 1983 foi reactivado o novo Museu, e assinado um protocolo entre a Direcção de Documentação e História Militar como representante do Estado-Maior do Exército e a Câmara Municipal de Bragança<sup>89</sup>.

A organização da colecção, que esteve durante mais de vinte anos depositada no Museu Militar de Lisboa, esteve a cargo dos serviços técnicos do Museu Militar de Lisboa.

Desconhece-se documentação que registe esta transladação, quer produzida em Lisboa de onde a colecção veio, quer produzida em Bragança onde a colecção foi reposta.

O Coronel Miguel Rodrigues fomentou localmente o aumento de doações de particulares, militares de origem bragançana, o que permitiu acrescentar à colecção exposta, uma sala que se consolidou como a “Sala das Ofertas”, único espaço que foi alterado desde a reposição do Museu na torre de menagem em 1983, constituiu por isso o modelo de implementação das práticas museológicas abordadas na componente experimental do presente estudo.

O museu mantém-se como espaço tutelado pelo Exército, com funcionários adstritos à mesma instituição. O Comando do Pessoal, que compreende no seu quadro orgânico a Direcção de Documentação de História Militar – DDHM, exerce a autoridade funcional sobre o MMB, (AMADO RODRIGUES, 2005).

---

<sup>88</sup> <http://www.exercito.pt> - Exército Português em 05-2009

<sup>89</sup> Protocolo entre a Direcção de Documentação e História Militar como representante do Estado-Maior do Exército e a Câmara Municipal de Bragança CRIA, COM DATA DE 22 DE AGOSTO DE 1983, O MUSEU MILITAR DE BRAGANÇA (MMB), AFECTO AO EXÉRCITO, CUJAS MISSÕES FUNDAMENTAIS SAO: - PROMOVER A VALORIZAÇÃO, O ENRIQUECIMENTO E A EXPOSIÇÃO DO PATRIMÓNIO HISTORICO-MILITAR, - GUARDAR, INVENTARIAR E CONSERVAR O PATRIMÓNIO QUE LHE ESTEJA ATRIBUIDO, - DIVULGAR OS VALORES CULTURAIS RESULTANTES DA INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS LIGADOS A HISTÓRIA MILITAR, - COLABORAR, CONFORME LHE FOR AUTORIZADO OU DETERMINADO, EM CERIMONIAS E MANIFESTAÇÕES DE INTERESSE HISTORICO-MILITAR OU COM RELEVANTE SIGNIFICADO HISTORICO-CULTURAL. Diário da Republica, portaria nº 106/87.

## **Notas conclusivas**

A função primordial do Exército é a defesa do território, o estratega oriental Sun Tzu na obra *A Arte da Guerra*, define que “*A culminância da Arte da Guerra está em se vencer o inimigo sem o combater.*”

Apesar de, a defesa ser o princípio que caracteriza o exército, os conflitos bélicos são inquestionavelmente os momentos em que esta comunidade actua de forma mais profunda na transformação de toda a sociedade.

Após os grandes conflitos operam-se enormes transformações na sociedade civil. (Fazer esta discriminação é de alguma forma afirmar a separação entre a sociedade militar e a civil, quando, o que este estudo nos veio demonstrar é precisamente que os militares são parte constante e activa na sociedade e dela emanam).

As grandes transformações que acompanham os conflitos bélicos estendem-se à ciência, à tecnologia, à medicina, à política, até à geografia. Neste sentido os museus militares constituem inegavelmente valiosos testemunhos do nosso percurso histórico, enquanto comunidade adstrita a um território e enquanto comunidade global.

O Museu Militar de Bragança reflecte alguns episódios da história militar do país: as invasões francesas, as campanhas no ultramar e as trincheiras da 1ª Grande Guerra são alguns dos momentos evocados, mas em simultâneo aproxima-nos destas realidades focando o indivíduo. Foi seguramente este aspecto que também nós quisemos valorizar na exposição que propomos. Consideramos que permitir ao público um contacto mais próximo, quase íntimo, com as personalidades militares representadas constitui inequivocamente uma experiência mais inquietante do que o confronto com a história militar dos grandes factos longe do cidadão comum que a executa. Neste sentido, cremos que a exposição de personalidades concretas, não só os grandes vultos militares, mas também o operacional anónimo, é passível de ser despoletadora de maiores reflexões sobre a realidade exposta que, forçosamente, nos confronta com a realidade actual. Libertando-nos dos anacronismos não se vislumbram muitas diferença.

Após esta breve análise sobre o Museu Militar de Bragança concluímos que esta instituição consubstancia no seu propósito de existência, desde a sua fundação, alguns dos princípios preconizados pela nova museologia.

Esta afirmação não deixa de ser curiosa pelo inato tradicionalismo com que se reveste uma instituição como é o Exército, e pela aparente irreverência que envolve o conceito de “nova museologia.” Talvez seja esta conjugação de conceitos supostamente incoadunáveis a nossa mais pertinente conclusão.

Na verdade partimos de um preconceito impreciso. O Exército cumpre funções que extravasam largamente a função bélica operacional. No interior transmontano, num passado muito próximo, foi o quartel militar que desempenhou localmente funções educativas, cívicas, sociais e culturais.

É evidente o forte sentido educativo que acompanhou a fundação do museu, a intensa acção sobre um público mais vasto que se estendia muita além do quartel que o guardava. A acção educativa do quartel começava no combate ao analfabetismo com as escolas regimentais, mas alastrava para a comunidade mais próxima impondo normas de boa prática social, de civismo e mesmo relativas a aspectos higiénicos e sanitários.

O estabelecimento do quartel militar foi também de grande importância para o desenvolvimento económico, tendo um grande impacto sobre o comércio e a produção local.

A nível social e cultural é inegável a importância do quartel como se confirma pela fundação do Museu Militar, em 1929, época em que cerca de 80% da população de Bragança não sabia ler e escrever.

Hoje o público é mais vasto e acode com diferentes inquietações ao museu. O Museu Militar de Bragança consolida-se firmemente como o mais visitado do Distrito, e o mais visitado a nível nacional dentro da sua tipologia. Esta realidade não esconde as carências de recursos humanos que se sentem sobretudo ao nível dos serviços educativos, no entanto, observamos o intenso trabalho que a actual equipa do museu desenvolve no sentido de minimizar estas faltas.

Acreditamos nas múltiplas potencialidades do Museu Militar de Bragança enquanto gerador de desenvolvimento social da comunidade local, nas suas várias áreas de actuação. Na educação, podendo constituir-se como mediador em diferentes actividades públicas que se relacionam com a temática militar, mas sobretudo na exposição, assumindo-se progressivamente como espaço comunitário de evocação das memórias históricas associadas ao edifício, cuja função militar é intensificada com as colecções expostas no interior.

É evidente também a intensificação do apoio que o Museu Militar de Bragança tem vindo a prestar às iniciativas locais consolidando-se cada vez mais como agente de desenvolvimento integral da região.

Como a Declaração de Caracas define o Museu é um espaço de reflexão crítica da realidade contemporânea, possibilita e estimula as vivências mais profundas do homem na sua integridade. O museu é não só uma instituição idónea para a valorização

do património, mas, além disso, é um instrumento útil para conseguir um desenvolvimento equilibrado e um maior bem-estar colectivo.

Neste sentido cremos que o Museu Militar de Bragança se consolida como espaço de consciência individual de uma realidade – a militar, que acompanha a humanidade e merece continuada reflexão pela sua constância e permanência ao longo da história. Sendo aparentemente indissociável da natureza humana é seguramente um tema de profundo interesse museológico, porquanto é desejável que os museus se mantenham como espaços de intervenção social, e de desenvolvimento crítico das sociedades.

## Bibliografia

ALVES, Francisco Manuel (2000). Bragança, Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, TOMO I e IX, e 2ª Edição Câmara Municipal de Bragança / Instituto Português de Museus – Museu do Abade de Baçal. ISBN 972-95125-4-X

AMADO RODRIGUES, Francisco António (2005) Uma nova rede de museus para o exército português, Dissertação de Mestrado; orient. Fernando António Baptista Pereira, [Texto policopiado]

ARMAS, Duarte de (1990). Livro das Fortalezas. Fac-simile do MS. 159 da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Lisboa Edições Inapa. ISBN 972-9019-26-6

RODRIGUES, Luís Alexandre – (1997). Bragança no século XVIII, Urbanismo. Arquitectura. Volume I, Ed. Junta de Freguesia de Sé, Bragança.

### Publicações periódicas:

Boletim do grupo “Amigos de Bragança” - (série completa: 1ª série: 1955-1986; 2ª série 1989-2005). F. Felgueiras. Bragança.

Brigantia: Revista de cultura - (a série completa desde 1981 até 2008). Bragança. ISSN: 0870-8339

### Documentos:

Arquivo Geral do Exército - Ordens de serviço das unidades aquarteladas no castelo de Bragança desde 1925 até 1968.

Ordens de Serviço do Batalhão de Caçadores Nº10

Datas extremas: Set / Dez 1926 – Jan / Jun 1927; 1939 / 1943. 10 livros

Batalhão de Caçadores Nº10 Documentação reunida artificialmente sob a forma de uma colecção. Cotas: 4048 – 4049 | 209 – 216 | (SC) - SDG / OS / BC10

Ordens de Serviço do Batalhão de Caçadores Nº3

Datas extremas: 1943 – 1960. 34 livros

Batalhão de Caçadores Nº3

Documentação reunida artificialmente sob a forma de uma colecção.

Notas: Cotas: 116 – 149 | (SC) - SDG / OS / BC3 |

Ordens de Serviço do Regimento de Infantaria Nº10

Datas extremas: 1902 - 1939; 1963 - 1976. 75 livros

Normas Gerais dos Museus e Coleções Visitáveis do Exército, capítulo 1, Artigo 2º

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS- DGEMN:  
[www.monumentos.pt/](http://www.monumentos.pt/)

Instalações para o Museu Militar, no Castelo de Bragança

Nº IPA PT010402420003

Torre de Menagem do Castelo, Bragança. Adaptação a museu militar

1984 Nº IPA PT010402420003

Instalações para o Museu Militar, no Castelo de Bragança

1964 Nº IPA PT010402420003

Torre de Menagem do Castelo de Bragança. Adaptação a Museu M[...]

1958 Nº IPA PT010402420003

Museu Militar instalado na torre de menagem do Castelo de Br[...]

1949 Nº IPA PT010402420003

CASTELO DE BRAGANÇA - plantas

Nº IPA PT010402420003